

**ESTUDOS COMPARADOS E A TRANSNACIONALIDADE: APROXIMAÇÕES E
POSSIBILIDADES**

ALBA CRISTINA DOS SANTOS*

A COMPARAÇÃO E A HISTÓRIA COMPARADA

A história comparada pode ser pensada como uma modalidade historiográfica marcadamente complexa, ao analisar o fenômeno escolhido, num ou mais campos de observação. Ao longo do século XX até o presente momento, esta modalidade tem levantado discussões e críticas. Há aqueles mais ferrenhos em destituir suas vantagens, aqueles que advogam a favor de sua prática e aqueles que advertem o seu uso, sem necessariamente apresentarem uma posição contrária.

Nesse texto, pretendemos mapear algumas discussões acerca do método comparativo e da história comparada, delineando a sua prática, assim como, assinalar críticas de alguns pesquisadores a este método, sobretudo daqueles que utilizam o viés transnacional. Temos também o intento de estimular discussões, identificando possibilidades de contribuição recíproca entre as partes. Com a certeza da parcialidade desta análise, e da falta de um estudo exaustivo, queremos apontar reflexões que somam e não refutam os dois métodos.

Para começar, “comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha” (BARROS, 2007a, p. 10). Frequentemente nos defrontamos com a comparação intuitivamente, porque nos ajuda a compreender as novas situações em bases seguras e já conhecidas. De acordo com José Barros (2007a), a comparação sempre esteve presente nos estudos acadêmicos, nas práticas pedagógicas, colocando-se um fenômeno em evidência para explicar e compreender influências, peculiaridades e diferenças. Esta é uma ação familiar do historiador ao contextualizar e dialogar com suas fontes.

Como método a comparação deixa de ser um ato cotidiano e passa a oferecer potencialidades, bem como, alguns limites para quem o utiliza. Assim o pesquisador é

* Doutoranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Bolsista CNPq.



estimulado a definir o que pode ser e como será comparado. Dessa maneira, a comparação ilumina um objeto ou situação, a partir de outro mais conhecido procurando estabelecer analogias, identificar semelhanças, diferenças e peculiaridades entre duas ou mais realidades. Esta perspectiva de sociedades análogas na História tem origem no artigo de Marc Bloch (1928: 1998), o qual ele apresenta a história comparada como uma “boa ferramenta” para a práxis historiográfica.

O método comparativo utilizado no século XIX trouxe contribuições importantes dos cientistas sociais que inspiraram (e inspiram) trabalhos posteriores. O sociólogo Émile Durkheim considerava o recurso comparativo essencial para a Sociologia. Para este autor, “as variações concomitantes” possibilitavam perceber como uma sociedade adotou determinada forma, ou ainda, a oportunidade de encontrar as regularidades entre causas e efeitos mediante a análise de numerosos casos. Esta forma de análise distanciaria a sociologia de uma ciência baseada em grandes teorias, construindo dessa maneira uma sociologia empírica que fosse capaz de diagnosticar criticamente as sociedades a partir de ideias relacionadas. Esta comparação poderia se dar entre sociedades da mesma estrutura ou basicamente diferentes.

Entretanto, a contribuição de Max Weber foi a mais expressiva, segundo alguns autores (THELM; BUSTAMANTE, 2007; BARROS, 2007a), pois, ele utilizou a comparação em sua obra “Ética protestante e o espírito do capitalismo” analisando a religião como ponto central, buscando sua influência na origem do capitalismo. Mesmo que os processos sociais estejam distantes temporalmente são colocados em confrontos. Busca-se desta maneira aquilo que lhe é peculiar e não o comum nas diferentes configurações históricas. Portanto, nesta perspectiva, as sociedades analisadas seriam francamente heterogêneas.

Outras correntes comparatistas ainda são destacadas por Carlos Campos (2011), como Alexis de Tocqueville, o qual usou recursos comparativos para verificar semelhanças e diferenças entre o protestantismo e o catolicismo na sociedade escravista da América. Na obra “A democracia na América,” Tocqueville se apoiou na comparação entre os Estados Unidos e a Europa para ampliar a compreensão do seu estudo sobre os Estados Unidos. Em meados do século XX, na obra “Totem e tabu” de Sigmund Freud, Campos salienta a análise comparativa do autor entre os segmentos sociais, entendidos como civilizados e aqueles concebidos como primitivos. Freud analisou as formas e práticas de organização dos indivíduos, em sociedades distintas, mas próximas temporalmente.

No entanto, foi a partir do estudo realizado por March Bloch que o método comparativo atraiu os holofotes para si, no ponto de vista do historiador. Ganhou mais força em meados do século XX com os estudos interdisciplinares entre a Antropologia, Sociologia, Geografia e Economia, o que ampliou também as escalas de observação, enriquecendo ainda mais a comparação.

Louis Davillé e Lucien Febvre já apontavam em artigos das primeiras décadas do século XX que o método comparativo era uma possibilidade para os estudos históricos na tentativa de afastar-se cada vez mais da concepção tradicional da História (THELM; BUSTAMANTE, 2007). E foi neste contexto que Marc Bloch apresentou sua concepção do método.

Primeiramente Bloch teria escolhido sociedades separadas no tempo e no espaço, dificultando as analogias porque elas não seriam explicadas por influências mútuas ou por origens semelhantes. Mas isto não impediria que o pesquisador encontrasse características comuns, bem como, valores coletivos. Nesta perspectiva, o pesquisador pode explicar algumas sobrevivências, aparentemente invisíveis, através da análise de vários casos, o que se aproxima muito de Weber.

A segunda opção proposta por Bloch foi a de estudar sociedades contemporâneas, geograficamente próximas e que remontam uma origem em comum e contextos parecidos, o que possibilitaria ao pesquisador encontrar uma aproximação mais precisa do que hipotética de seu estudo. Esta opção talvez seja aquela que mais tem sido tomada como referência de historiadores e de cientistas sociais. Para Marc Bloch a comparação tem duas funções fundamentais: auxiliar na compreensão das causas e das origens de aspectos específicos, dessa maneira, o método comparativo possibilita um amplo campo de investigação. Marc Bloch contribuiu para definir, em linhas gerais, o método comparado na História, iniciando um processo de sistematização do conceito de história comparada. Para este autor o termo deveria ir além da prática de análise entre civilizações e fenômenos desenvolvidos em dois lados, seja de uma fronteira, de Estados ou de nações. Mas o que é comparar para os historiadores?

Incontestavelmente, é o seguinte: escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever as curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras. São portanto necessárias duas condições para que haja, historicamente falando, comparação: uma certa semelhança entre os factos observados – o que é evidente – e uma certa dissemelhança entre os meios onde tiveram lugar (BLOCH, 1998, p. 121).

Lara Mancuso (2005) ressalta nesta segunda opção sugerida por Bloch, a necessidade de o pesquisador fazer a mesma pergunta para os dois ou mais contextos diferentes, analisando as respostas. Desta forma, se busca os contrastes do tema estudado e as diferenças entre os lugares analisados. Para esta autora “esse tipo de abordagem respeita a unicidade de cada lugar e evita anacronismos e generalizações. Os contrastes tornam as particularidades mais evidentes, na medida em que um caso atua como uma espécie de comentário das idiosincrasias do outro” (MANCUSO, 2005, p. 265).

O que procuramos mostrar até aqui é o uso da comparação como um recurso de análise por diferentes campos do conhecimento, apontando para a diferenciação entre o método comparado e a simples comparação de modo intuitivo. Pois o método comparativo passa da prática intuitiva e espontânea para uma prática consciente, sistematizada e de autocrítica. Assim, o processo de comparação toma duas formas: a intuitiva e a sistematizada. Esta última configurando o método.

Alguns autores como, por exemplo, Barros (2007) e Mancuso (2005) alertam ainda para o fato de a história comparada ir além da sistematização e por isso, ela não pode ser vista integralmente somente a partir do método comparativo. Embora este seja necessário e lhe empreste seu próprio nome. Como já apontamos, o uso da comparação pode ser feito em outras modalidades, inclusive historiográficas. Isto é, pode apenas delinear um objeto, ou ainda, aparecer como recurso no capítulo inicial ou final de uma monografia, dissertação ou tese, oportunizando o autor a problematizar e situar seu objeto diante de outros análogos ou contrastantes. Neste sentido, nem tudo que há comparação caracteriza-se numa História Comparada. Assim, o método comparativo pode ser utilizado por “estudos que usam da comparação para testar uma hipótese, outros que recorrem a ela de forma pontual e outros que a utilizam sistematicamente para identificar semelhanças e diferenças” (MANCUSO, 2005, p.272).

Para caracterizar como história comparada, alguns autores afirmam que a comparação deve atravessar a obra por inteiro, levando assim sua marca indelevelmente. A comparação torna-se indispensável para a análise composta por um problema.

A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois



repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças (BARROS, 2007b, p. 24).

No entanto, o método comparado na História sofreu desde seu surgimento com críticas e desconfianças que continuam até os dias atuais, como por exemplo: a abstração excessiva podendo resultar em generalizações frágeis; o anacronismo confundido com analogias superficiais; o discurso de superioridade de uma sociedade para outra, considerando o Ocidente como regra de análise; e; o risco de fazer uma história descritiva com justaposições de fatos.

A história comparada não angariou adeptos imediatamente após o artigo de Marc Bloch. Maria Lígia Prado (2005) traz no seu artigo algumas observações sobre o lento surgimento do método. De acordo com Prado, um dos motivos foi subjetivo, por exemplo, os historiadores franceses não iriam comparar a Revolução Francesa, considerada como mito fundador da França, com outras sociedades (HAUPT apud PRADO, 2005, p. 18). Ao longo do século XX houve ainda muita discussão em torno do seu uso. Neyde Thelm e Regina Bustamante (2007) destacam outros fatores para a falta de prática do método, como,

à individualidade histórica em detrimento de problemáticas mais gerais, pelo temor do uso dos modelos teóricos da Sociologia, que buscavam as causalidades e leis verificáveis através da comparação de sociedades diferentes inseridas numa “evolução social”; à politização dos debates históricos direcionando os estudos para as posições de política interna; e à crença em um “caminho particular” que reforça nacionalismos ao situar as particularidades nacionais no centro da pesquisa histórica (Thelm; Bustamante, 2007, p. 7).

A partir do desenvolvimento da Antropologia, Etnologia, Arqueologia, a aproximação da História com as Ciências Sociais, a descolonização afro-asiática junto à fragilidade europeia após a Grande Guerra, novos interesses surgiam e demandava um repensar das práxis do historiador, voltando-se inclusive para o método comparado. Deste modo, nas primeiras décadas do século XX, alguns trabalhos serviram de referência para os estudos comparativos, entretanto, a contribuição de Bloch torna-se uma nova possibilidade de fazer e pensar a História. Para Bloch, a história comparada se faz ao

estudar paralelamente sociedades a um tempo vizinhas e contemporâneas, incessantemente influenciadas umas pelas outras, cujo desenvolvimento está submetido, precisamente por causa da sua proximidade e do seu sincronismo, à acção das mesmas grandes causas e que remontam, pelo menos em parte, a uma

origem em comum (1998, p. 122-3).

Embora a proposta de Bloch seja ampla permitindo ao observador, entre outras, afastar-se do seu próprio ponto de observação, este modo de pensar a história comparada, se faz a partir da premissa “comparar o comparável”. No entanto, desde as últimas décadas do século XX, esta voz não é uníssona no meio acadêmico, nem mesmo entre aqueles que praticam a história comparada, pelas críticas que já apontamos e/ou por questões subjetivas. Autores que seguem esta linha de análise apontam as vantagens e os desafios de uma pesquisa comparada, bem como, a necessidade de repensar a comparação.

Campos (2011) aponta as diferentes vertentes que compõem a história comparada, como já assinalado anteriormente, e destaca a abordagem de Marcel Detienne¹. Este pesquisador belga, especialista em mitologia grega, defende a ideia de uma interação entre História e Antropologia enriquecendo tais saberes, inclusive na comparação. Entende o método comparativo pautado em recortes espaciais e temporais diferentes, tendo como foco de análise as especificidades das culturas, assim como Weber.

Marcel Detienne, no livro Comparer l'incomparable (2000), apresentou os pressupostos comuns compartilhados pelos diferentes pesquisadores da equipe do CRCSA para desenvolver seus estudos comparativos. Partiu-se da concepção de que uma sociedade é formada por um conjunto complexo e infinito de elementos, pertencentes à dinâmica das relações e das práticas sociais pelas quais os homens se articulam uns aos outros, produzindo, num determinado tempo e espaço, variáveis também infinitas de combinações e ações sociais. Assim, a comparação poderá percorrer tanto as sociedades antigas quanto as atuais, as simples e as complexas, colocando em perspectiva as singularidades, as repetições, o tempo e o espaço (THELM; BUSTAMANTE, 2007, p. 10-11).

Para esta perspectiva de comparação, ou seja, “comparar o incomparável”, o estudo interdisciplinar realizado em equipe é indispensável. Acredita-se que os diferentes olhares sob o mesmo fenômeno social selecionado, trazem contribuições de vários ângulos pelos pesquisadores da equipe, que estão em igualdade de condições e com interesse recíproco no objeto estudo.

¹ Marcel Detienne, nascido em 1935, é doutor em Ciências Religiosas pela *École des Hautes Études* (1960) e em Filosofia pela Universidade de Liège (1965). Foi diretor e lecionou na *École Pratique des Hautes Études* até 1998 e fundou junto a Jean-Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, o *Centre de Recherche Comparées sur les Sociétés Anciennes*, em Paris (MORAES, 2015).

A comparação convida os pesquisadores a colocar em múltiplas perspectivas as sociedades, os contrastes, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço. Isto porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se frequentemente espaços de inteligibilidade e de reflexão nova. Esta forma de comparação autoriza a análise de componentes de configurações vizinhas e cada uma, com seus traços diferenciais, permite entrever a clivagem entre uma série de possibilidades (THELM; BUSTAMANTE, 2007, p. 11).

Jürgen Kocka (2003) assinala de modo geral, algumas virtudes do método comparado e elaborou quatro propósitos da comparação: a heurística, a descritiva, a analítica e a paradigmática. De maneira ampla, podemos dizer que a abordagem heurística nos permite localizar problemas e questões que poderiam ser ignorados ou não vistos. A descrição pode ser útil para afirmar a excepcionalidade do fenômeno, iluminando perfis singulares. Comparar as causas, levar em conta as variáveis e observar as peculiaridades ou não nestas causas se faz numa comparação analítica, seguindo o modelo weberiano de formulação às questões causais. A paradigmática permite ao investigador a capacidade de ampliar a problematização do seu tema de estudo.

Kocka ressalta também problemas no método, o que justifica para ele a pouca adesão dos pesquisadores. Para este autor, a comparação quebra continuidades dificultando à narrativa histórica, assim como, a superficialidade e as idealizações de uma comparação assimétrica podem distorcer os resultados.

Charles Tilly (1991), ao refletir e discutir os postulados da História defende a comparação na busca de uma variação concomitante. O autor destaca que os pesquisadores deveriam ficar encantados ao descobrir as causas mais prováveis dos fenômenos sociais e não com as explicações completas de variáveis e causas.

Para ello debemos cercionarnos de las unidades que estamos comparando. Unicamente si somos claros y consistentes tenemos la posibilidad de elegir entre una gran variedad de poblaciones, categorias, redes y catnets; companhias, regiones, clases sociales, grupos de parentesco, iglesias, redes comerciales, alianzas internacionales y otros muchos. A clave está em tener criterios para identificar [...] (TILLY, 1991, p. 103).

Ao escolher múltiplas análises possíveis recai sobre o pesquisador a responsabilidade teórica, e será preciso estar seguro na organização do trabalho. Neste sentido, Tilly propõe uma classificação para as análises de grandes estruturas e processos amplos. Ele parte do



princípio da “multiplicidade” como resultado de uma comparação, que pode ser simples ou múltipla. A primeira corresponde às propriedades em comum de um fenômeno em todos os casos estudados, e a segunda, seria o mesmo fenômeno manifestando-se de diferentes formas.

Desta forma, Tilly contribui para o emprego do método comparado, repensando a fórmula de averiguar semelhanças e diferenças. O autor estabelece quatro formas de análise comparativas a partir da multiplicidade: a individualizadora; a universalizadora; a identificação da diferença, e; a globalizadora. Em linhas gerais, a individualizadora procura captar a singularidade do caso, definindo-o como único. A universalizadora procura explicar porque cada caso segue em essência a mesma regra. A diferenciadora procura estabelecer um princípio de variação mediante as diferenças sistemáticas entre os casos distintos. E, por fim, a globalizadora que procura explicar as características de diferentes casos, dentro de um mesmo sistema, relacionando suas variáveis com o sistema como um todo.

Contudo, os trabalhos de história comparada inscrevem-se em alguns pilares essenciais, como a interdisciplinaridade com a Geografia, Economia, Sociologia, Antropologia entre outras áreas. Neste sentido, as possibilidades de escala da comparação foram sendo ampliados, assim como seus objetos nas últimas décadas, podendo variar desde a nação, civilização, regiões, locais, até ambientes ainda menores como instituições, grupos sociais e étnicos. Tem se inscrito também nas práticas culturais que não se definem em lugares espaciais específicos. Aquela proposta feita por Bloch é de uma comparação “problematizadora”, aos moldes da “história problema” dos *Annales*. Mas vimos também, importantes contribuições na historiografia recente que ampliam esta visão ao repensá-la, assim como outros modos de ver e fazer a comparação.

Colocamo-nos neste debate a partir da comparação com sociedades vizinhas, por acreditar que esta análise oportuniza ao historiador perceber interações e influências mútuas, podendo questionar e esclarecer: as causas; as inter-relações, e; as motivações internas ou externas do fenômeno escolhido. As semelhanças desmitificam as supostas particularidades ao passo que as diferenças instigam ao pesquisador buscar explicações no contexto e nas transformações sociais para além da realidade local, regional ou nacional.

Alguns cuidados devem ser tomados para o uso da comparação, e por isso, as críticas são pertinentes. Os autores aqui estudados alertam constantemente para os desafios do método. A começar pela seleção das unidades a serem estudadas. Ressaltam a importância de



se ter uma pergunta central e ser guiado por ela na investigação. Como também, perceber as limitações das conclusões que podem ser encontradas e estar consciente que nem todas as perguntas serão explicadas pela comparação. “A História Comparada, enfim, não se pode reduzir à mera coletânea de histórias nacionais” (BARROS, 2007a, p. 17).

As fontes primárias devem existir em todos os lugares ou fenômenos sociais eleitos para a comparação e procurar esgotá-las ao máximo, antes de qualquer generalização. A ideia de sincronização dos objetos deve ser evitada, com a consciência de que podem vir de situações diferentes, mesmo estando em situação análoga no momento. Ou ainda, uma visão colada ao eurocentrismo, de apenas transportar modelos ou influenciar num olhar, por vezes preconceituoso, sobre o outro.

A HISTÓRIA TRANSNACIONAL

Os mesmos movimentos que impulsionaram ainda mais os estudos da comparação fizeram emergir também as análises transnacionais, sobretudo, os estudos centrados nas regiões fronteiriças e na diáspora negra no século XX. A partir da década de 1970, com a queda dos métodos quantitativos forçando o repensar da história, a História Transnacional surge no contexto das teorias pós-modernistas e pós-colonialistas, da derrota dos movimentos sociais pós 1968 e da ideia cada vez mais presente da globalização.

Historiadores dos Estados Unidos e da América Latina incentivaram um novo rumo para a História. A perspectiva da transnacionalidade surgiu dos estudos sobre a América Latina, especialmente na historiografia estadunidense, logo sendo divulgado para além das fronteiras. Segundo Barbara Weinstein (2013) uma das explicações para a rápida ascensão seria o declínio do método comparado, sobretudo na década de 1980. Esta abordagem não seria totalmente original, embora tenha incorporado novos elementos. Vários autores se colocam como renovadores do método embora considerassem os estudos anteriores, a destacar aqueles que tiveram como temática os movimentos operários preocupados, em grande medida, em identificar as influências e inter-relações entre eles.

A história transnacional propõe estudar as conexões e as interações. O conceito está para além da palavra internacional, sugerindo contato e interações entre governos ou grupos identificados por afiliação nacional. Ela privilegia as influências e intercâmbios da vida



cotidiana na esfera cultural, não buscando pontos físicos e geográficos necessariamente. Os intelectuais preferem usar “o conceito ou a imagem de ‘circulação cultural’ e frisam a constante reformulação de ideias, de propostas e de práticas culturais de um contexto para outro” (WEINSTEIN, 2013, p. 20).

Existe uma preocupação dos historiadores da América Latina, sobretudo, nos Estados Unidos, referentes às particularidades de sua área de ação. A partir da década de 1990 há um crescimento institucional significativo em relação aos estudos com abordagem transnacional, em universidades norte-americanas e europeias. Para Weinstein, estes historiadores sentiram a necessidade de defender seu campo de pesquisa ou repensar seus limites. E foi neste contexto que surgiu o conceito *New American Studies*, promovendo uma visão hemisférica da América. Estes intelectuais procuravam iluminar a América Latina como objeto da história, assim como ocorreu com os “estudos subalternos” no sul da Ásia. Dar visibilidade às pesquisas atribuindo-lhes importância, também era um dos intentos dos *Latin Americanists*.

No entanto, para dar voz e vez a esta modalidade, alguns destes intelectuais vem atacando de maneira ferrenha o método comparativo. As críticas à comparação não são inseridas apenas neste contexto, mas também nas discussões recentes sobre o método que advém do uso de um método em detrimento do outro. Alguns apontam a negligência da história comparada em relação ao contexto e as inter-relações em todos seus aspectos. Chamam a atenção para a “inabilidade do método comparado em capturar as diversas interconexões – mão-de-obra, gente, capital, bens, símbolos, ideias, culturas – que se estendem sobre as fronteiras políticas convencionais, especialmente o Estado-Nação” (PURDY, 2012, p. 65). Outros enfatizam apenas o uso da transnacionalidade, substituindo as comparações nacionais pelas subnacionais, isto é, onde pudesse se trabalhar com as regiões, locais ou unidades menores. Mas há aqueles que rejeitam o método como um todo, argumentando que deveria ser visto como um objeto de estudo, pelas possíveis distorções, como resultado de análise, das semelhanças e das diferenças.

A historiadora Micol Siegel (2005) é uma das críticas do método comparativo, estimulando, inclusive, os pesquisadores a rejeitá-lo. Para ela, a comparação obscurece os fenômenos sociais eleitos para análise, podendo obter resultados enganosos, inclusive, ela supõe que os historiadores que se utilizam desta metodologia são suspeitos de impor os resultados, por terem construído as categorias de análise. No entanto, fica uma pergunta: não é



isso que fazemos quando selecionamos um objeto de estudo, construindo categorias, levantando hipóteses e fazendo recortes? Outra questão, para tal questionamento metodológico, apenas a História Transnacional nos fornece respostas cabíveis e executáveis de forma segura? Para Siegel sim, pois ela advoga a favor da transnacionalidade apenas, pela visão de conexões e heterogeneidade dentro dos grupos.

Sean Purdy (2012) demonstrou que o pensamento de Seigel é, no mínimo, equivocado. Entre outras questões, Purdy salienta, “ela confunde uma crítica de como certas histórias comparadas distorceram interações transnacionais e criaram construções estereotipadas com uma ampla proscrição metodológica do método comparativo em si” (PURDY, 2012, p. 74). Além disso, buscamos pontuar neste texto a diferença entre o uso da comparação, que pode ocorrer pelas diferentes áreas do conhecimento, sem se utilizar do método de modo sistemático. Seigel recorre às críticas já existentes, inclusive por praticantes e simpatizantes da comparação, como por exemplo, da descrição e da justaposição para forjar um entendimento errôneo e/ou superficial do método.

É indiscutível que a transnacionalidade trouxe, para os estudos históricos, uma série de vantagens: os estudos sobre a imigração; a diáspora negra; os grupos étnicos; a escravidão e *bordelands* são tendências temáticas que cada vez mais utilizam esta abordagem. Weinstein destaca que a maior vertente de estudo desta abordagem diz respeito às relações hemisféricas, com ênfase nos intercâmbios. No entanto, devemos pensar e nos perguntar se todos os processos sociais e econômicos são passíveis desta abordagem. A transnacionalidade também tem suas limitações e desafios.

Por questões subjetivas, o pesquisador transnacional também pode forjar resultados, já que tem e acaba tendo um envolvimento afetivo com os lugares e temas que são seus objetos de estudos. Acaba criando laços de amizade e um compromisso com aquela comunidade acadêmica. De outro lado, a tendência de privilegiar estudos hemisféricos pode não levar em conta às fontes (e se há fontes) nos países escolhidos para análise, podendo privilegiar um em detrimento do outro. E ainda, pode haver uma pressão por colocar e ver no meio acadêmico, estudos que incorporem indivíduos, grupos e práticas envolvendo os estudos transnacionais, América Latina e Estados Unidos.

CONSIDERAÇÕES

Assim como afirma Purdy, as conexões, as conversações e as inter-relações transnacionais dependem do nível de análise de cada pesquisador e do tema por ele escolhido, é uma questão metodológica que acreditamos ser pertinente. Não podemos descartar as particularidades advindas de especificidades geográficas, por exemplo, para buscar respostas em conexões e influências mútuas. Embora estas interconexões sejam importantes, elas também não respondem as ações de determinados grupos ou instituições que permaneceram ou mudaram no tempo, por conta das transformações sociais e econômicas daquele contexto, daquela região, daquele local e que poderão ser observadas por meio da comparação. “O método comparado ainda é útil para compreender os paralelos e contrastes de processos históricos que podem ser limitados por entidades concretas como os estados nacionais, mesmo que tenham sido simultaneamente influenciados por conexões transnacionais” (PURDY, 2012, p. 66).

Diante de inúmeras contribuições apontadas tanto pelo método comparativo quanto da abordagem transnacional percebemos mais aproximações do que exclusões, admitindo-se os limites e desafios de cada um. Pois, a história comparada tem se repensado nas últimas décadas, inclusive historiadores da América Latina vêm defendendo quanto às comparações contextualizadas dentro de um mesmo período histórico.

A comparação a partir da perspectiva de Marc Bloch, de sociedades vizinhas, influenciadas umas pelas outras nos dá a possibilidade de perceber e analisar tais influências e conexões, se estas forem pertinentes à pesquisa. Portanto, a comparação não exclui a análise das inter-relações, podendo ser complementares, pois se conversam e contribuem um com o outro. O método comparado, seja comparando o comparável ou o incomparável, em suas diferentes vertentes, é um campo complexo e fecundo para também aclarar os estudos históricos, inclusive, aqueles que têm a América Latina como interesse de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. História comparada. Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**. Campinas: SP, n. 13, p. 7-21, 2007a.

_____. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007b.



BLOCH, Marc. **Histórias e historiadores**. Textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998, p. 111-150.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. A História Comparada e suas vertentes: uma revisão historiográfica. **História Rio Grande**, vol. 2, n. 3, p. 187-195, 2011.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. In: _____. Da difusão do trabalho social e outros textos. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 71-109. (Col. Pensadores).

HARRES, Marluza M.; REGUERA Andrea (Orgs.). **Da região à nação. Relações de escala para uma história comparada Brasil-Argentina (séculos XIX-XX)**. São Leopoldo. Oikos, 2011, p. 7-48.

HEINZ, Flávio M; KORNDÖRFER, Ana Paula. **Comparações e comparatistas**. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). Experiências nacionais, temas transversais. Subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 9-21.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. History and Theory. **Studies in the Philosophy of History**, v. 42, n. 1, fev. 2003. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-2303.00228/pdf>>. Acesso em: 08/04/2014.

MANCUSO, Lara. A comparação no estudo da História da América Latina. **Revista Projeto História**, São Paulo, (31), p.259-275, 2005.

MORAES, Alexandre Santos de. **Marcel Detienne e os caminhos do comparativismo**. Disponível em: <www.hcomparada.historia.ufrj.br/.../volume003_Num001_artigo003.pdf>. Acesso em: 20/01/2015.

PURDY, Sean. A história comparada e o desafio da transnacionalidade. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, p. 64-84, 2012. Disponível em: <www.hcomparada.historia.ufrj.br/.../volume006_Num001_artigo003.pdf>. Acesso em: 30/04/2014.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, ed. 2º, n. 153, p. 11-33, 2005.

SIEGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. **Radical History Review**, n. 91, p. 62-90, winter, 2005. Disponível em: <https://is.muni.cz/el/1423/podzim2010/SOC783/SOC_783_Comp_Method.pdf>. Acesso em 30/04/2014.

TILLY, Charles. **Grandes estruturas, processos amplos, comparaciones enormes**. Madrid: Alianza Editorial, 1991, cap. 4.

THELM, Neyde; BUSTAMANTE, Regina. História Comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 1-23, jun. 2007.



WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**. São Paulo. n. 14, 2013, p. 13-29. Disponível em: < <http://www.revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1225/1088> >. Acesso em: 10/05/2014.